

O CONSENSO E A POLÊMICA NO TEXTO ARGUMENTATIVO ESCOLAR

Rinaldo GUARIGLIA¹

■ **RESUMO:** Este estudo apresenta propriedades textuais e discursivas regidas pela argumentação, que respondem pela propagação das idéias do senso comum nas redações argumentativas escolares e, por extensão, das idéias que se confrontam com os enunciados consensuais: a polêmica. Por meio da reflexão bakhtiniana, investigam-se os diálogos com a voz social, com a proposta de redação, e principalmente com o interlocutor-examinador inserem, em meio à dispersão do discurso, uma gama de propriedades que ora são manifestações da categoria consensual, ora da categoria polêmica, sempre de acordo com o exercício argumentativo.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Texto Argumentativo. Polêmica. Consenso. Argumentação. Bakhtin.

Introdução

Este estudo em Análise do Discurso apresenta determinadas propriedades textuais e discursivas regidas pela argumentação, que respondem pela propagação das idéias do senso comum nas redações argumentativas escolares e, por extensão, das idéias que se confrontam com os enunciados consensuais: a polêmica. Por meio da reflexão bakhtiniana, investigam-se os diálogos com a voz social, com a proposta de redação, e principalmente com o interlocutor-examinador e inserem, em meio à dispersão do discurso, uma gama de propriedades que ora são manifestações da categoria consensual, ora da

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa – (CNPq) - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – UNESP; CEP 14800-901 – Araraquara-SP – Brasil; prof.guariglia@ig.com.br.

categoria polêmica, sempre de acordo com o exercício argumentativo a que se propõe o enunciador. Entre essas propriedades estão a aplicação de noções totalizantes, a organização de enunciados descritivo-causais, a observação de um raciocínio dedutivo, o distanciamento da proposta de redação ou a aproximação com ela, a inserção de enunciados interrogativo-retóricos e determinados marcadores lingüísticos. O texto argumentativo escolar apresenta invariavelmente não apenas enunciados consensuais, mas também rompimentos com a ordem do senso comum, que caracterizam a categoria polêmica.

As Categorias Argumentativas de Consenso e de Polêmica

As vozes sócio-históricas, uma das matrizes dialógicas em que está calcado o texto argumentativo escolar, propiciam ao enunciador a possibilidade de convergência com um dado dominante do senso comum, ou de divergência do mesmo dado por meio do exercício da contra-argumentação.

A construção do raciocínio opinativo crítico — e não somente expositivo — não dispensa a contraposição de idéias, mesmo que isso não seja revelado explicitamente na materialidade do texto. Queremos afirmar que a gênese de um conceito é o contraditório; mesmo um sentido do senso comum passa pela dialética de seu avesso, apesar do eventual apagamento desse avesso durante a argumentação.

Essas congruências e divergências de um senso comum se dão no nível do enunciado. Assim, não é apropriado entendermos que um texto, em sua totalidade de sentido, apresente uma concordância com determinado dado do senso comum, ou uma discordância dele. Em outras palavras, não falaremos em texto consensual ou texto polêmico.

São, na verdade, enunciados do consenso, atinentes à congruência, e enunciados da polêmica, atinentes à divergência. Não são necessariamente todos os enunciados que compõem o tecido verbal, que se enquadram nessa função dialógica, somente aqueles que apresentam um vínculo com ao menos uma das três matrizes dialógicas com o sujeito-produtor: o meio sócio-histórico, o examinador e a proposta de redação.

Esses enunciados exercem as funções ditadas por categorias argumentativas específicas cuja função é promover, no discurso e também na materialidade do texto, as relações dialógicas deste gênero. Essas categorias organizam as idéias advindas do meio social e consideram, para isso, as estratégias argumentativas necessárias ao convencimento do interlocutor, e as determinações orientadas pelo intertexto da

redação, a proposta de redação. Dessa forma, a categoria consensual responde pela propagação — e por extensão, pela circularidade — de idéias defendidas, formalizadas, por um grupo social ou por um meio social, por outro lado, a categoria polêmica apresenta-se como uma atividade que deve questionar, e assim validar ou refutar, uma ou mais idéias provenientes do senso comum.

Há de se distinguir *senso comum* e *consenso*, embora suas concepções sejam inter-relacionadas. O senso comum, segundo Japiassú e Marcondes (1996, p.245), é “[...] um conjunto de opiniões e valores característicos daquilo que é corretamente aceito em um meio social determinado”; enquanto o consenso é o “[...] acordo estabelecido, entre indivíduos ou grupos, sobre seus sentimentos, opiniões, vontades etc., como condição para que haja uma concórdia social” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p.52). Dessa forma, o termo *senso comum* comporta um sentido mais amplo que o termo *consenso*, pois abriga um conjunto de idéias consensuais.

Cotrim (2000) pontua que as concepções que compõem o senso comum são aceitas como verdadeiras em um determinado meio social; também destaca a não-aplicação de uma “fundamentação sistêmica” para o acatamento do dado consensual e, além disso, enseja que o senso comum é um campo propício à propagação da ideologia, em virtude do acolhimento acrítico das idéias.

Segundo Geertz (2006), o saber do senso comum é uma interpretação da realidade cotidiana, é construído historicamente e pode ser discutido, afirmado, desenvolvido, formalizado, observado e até ensinado. Para este autor, o senso comum é pertinente ao empírico, à vida, ao sistema cultural, é um corpo organizado de pensamento deliberado, em que os seus argumentos não se baseiam em coisa alguma, em comparação à religião, à ciência e à ideologia, cujos argumentos se baseiam respectivamente na revelação, na metodologia e na paixão, já que o mundo é a autoridade do senso comum. Segundo o autor: “O bom senso não é aquilo que uma mente livre de artificialismos aprende espontaneamente; é aquilo que uma mente repleta de pressuposições conclui” (GEERTZ, 2006, p.127). Geertz (2006) também considera que, como uma forma de pensamento, o senso comum é tão autoritário quanto outras formas de pensamento, e institui-se quando todos os tipos mais articulados de sistemas simbólicos esgotaram suas tarefas.

A concepção de consenso não prevê necessariamente um conceito adotado por uma maioria de indivíduos pertencentes a um grupo social ou uma sociedade, quantitativamente. Entendemos que uma consciência social é permeada por sentidos prevalentes, e, por conseguinte, aceitos pelos indivíduos participantes, pois, segundo a filosofia bakhtiniana, as idéias se instituem *na e para* uma consciência

social. Entretanto, uma consciência social está sujeita à aplicação de idéias contrárias. Exemplifiquemos. Entre os defensores do regime presidencialista de governo, há consenso de que essa forma de governo é a mais adequada para o país; o mesmo ocorre entre os defensores do regime parlamentarista, obviamente, contrários ao presidencialismo. Para os defensores do parlamentarismo também há um consenso. Sabemos que, de acordo com o resultado de um plebiscito, em 1994, a maioria dos brasileiros optou pelo sistema presidencialista de governo. Portanto, a idéia consenso não se estabelece porque há uma maioria que a proclama. Dessa forma, a atividade polêmica se dá pela contraposição de uma idéia consensual, seja para partidários do presidencialismo, seja para os partidários do parlamentarismo.

A concepção de polêmica consiste no levantamento de proposições que procura validar, ou não, uma idéia, seja ela qual for, mas, principalmente os conceitos mais formalizados. A ação de polemizar não significa necessariamente refutar um dado consensual e instituir um dado novo, que até pode tornar-se um novo dado consensual, significa, na verdade, promover um debate em que há uma contraposição de idéias, mesmo que, no final, prevaleça o consenso. Trata-se de um jogo argumentativo cuja gênese é a idéia consensual, seja para, total ou parcialmente, confirmá-la, ou refutá-la. Nesse exercício, atua a categoria polêmica cuja essência é a ação de uma consciência crítica.

Assim, no espaço discursivo em que se constrói a argumentação deste gênero, atuam duas categorias imanentes ao discurso argumentativo: a **categoria consensual**, que responde pelo arcabouço de sentidos do senso comum acatados pelo grupo social, e a **categoria polêmica**, que se caracteriza pelo questionamento e/ou a ruptura de dados aceitos até então como consensuais, ou pela dialética que consiste no embate de proposições que pode resultar na instituição de um novo consenso.

Engrossar a voz que o produtor entende como predominante em um meio social, em determinadas situações, auxilia a legitimação de um ponto de vista, inclusive, sem a necessidade de contraposições. É o recurso da não-polêmica. Em contextos nos quais a temática obedece a uma espécie de ordem social, a categoria consensual aparece, geralmente, como recurso persuasivo fadado a um sucesso argumentativo. O enunciador promove, assim, a ilusão de que a voz do produtor corrobora a voz social, como se a opinião dispensasse qualquer questionamento. Como exemplo, a proposição de um tema como “democracia”. A nossa sociedade entende, mas não em sua totalidade, que ela deve ser estabelecida e mantida, como o sistema político mais adequado.

O texto argumentativo escolar mantém determinadas normas estruturais rígidas;

típicas deste gênero, mas que podem favorecer os enunciados de consenso. O próprio cumprimento delas é um enquadramento em um modelo pré-determinado de produção de texto, que tem a finalidade de avaliar o produtor. As regras mais importantes para a estruturação desse texto são: respeito à temática conduzida pelo texto-estímulo (a proposta de redação), deve ser original, criativa, dedutiva, em terceira pessoa, limitada a trinta e cinco linhas, e há a exigência de se construir um texto exclusivamente argumentativo, sem interpenetrações dos outros tipos de texto em prosa: narração e descrição.

A limitação do espaço para produção da redação, associada ao respeito à temática determinada pela proposta, procura avaliar uma habilidade: a produtividade que consiste em defender uma posição em um curto espaço; enfim, avalia-se o grau de concisão do produtor.

A originalidade e a criatividade valorizam o afastamento dos lugares-comuns. A exigência da predominância em terceira pessoa é um engodo, mas que se justifica se considerarmos que as temáticas são geralmente vinculadas ao meio social, político e econômico, e a aplicação da terceira pessoa para esses assuntos, que dizem respeito a uma coletividade, é normalmente mais apropriado.

Outro equívoco consiste na tentativa de ocultação das outras tipologias em meio ao texto argumentativo, já que o discurso narrativo e o discurso descritivo estão interpenetrados neste gênero. Na verdade, no texto argumentativo, predominam os enunciados temáticos e uma intenção do produtor em tematizar. Não se pode esquecer, por exemplo, que um discurso temático prescinde de um narrativo, já que um acontecimento pode gerar um conceito.

No cenário escolar, a finalidade avaliadora da redação argumentativa torna-a uma prática *sob ensaio*. A relação dialógica entre o produtor e o professor-avaliador condiciona a produção escolar a um processo de refazimentos periódicos, a fim de que o aprendiz aperfeiçoe as aplicações lingüísticas e discursivas da composição.

Bakhtin (2003), na coletânea *Estética da Criação Verbal*, expõe sobre o dialogismo, e explica a mobilidade das idéias, que surgem a partir de relações dialógicas, interdiscursivamente. Após uma relação dialógica, as idéias são monologizadas, ou seja, dá-se uma apropriação da idéia como se ela fosse original, como se pertencesse ao *eu*. Em uma forma de expressão (o texto), a idéia monologizada segue o seu curso: passa por uma atividade dialógica novamente, a fim de monologizar-se e, assim, sucessivamente. Ele explica essa circularidade:

As influências extratextuais têm um significado particularmente importante nas etapas primárias de evolução do homem. Tais influências estão

plasmadas nas palavras (ou em outros signos), e essas palavras são palavras de outras pessoas, antes de tudo palavras da mãe. Depois, essas “palavras alheias” são reelaboradas dialogicamente em “minhas-alheias-palavras” com auxílio de outras “palavras alheias” (não ouvidas anteriormente) e em seguida [nas] minhas palavras (por assim dizer, com a perda das aspas), já de índole criadora.

(BAKHTIN, 2003, p.402).

Expõe ainda o autor :

O processo de esquecimento paulatino dos autores, depositários das palavras do outro. A palavra do outro se torna anônima, apropriam-se dela (numa forma reelaborada, é claro); a consciência se *monologiza*. Esquecem-se também as relações dialógicas iniciais com a palavra do outro: é como se elas fossem absorvidas, se infiltrassem nas palavras assimiladas do outro (tendo passado pela fase das “palavras próprias-alheias”). Ao monologizar-se, a consciência criadora é completada com palavras anônimas. Esse processo de monologização é muito importante. Depois, a consciência monologizada entra como um *todo* único e singular em um novo diálogo (já com novas vozes externas do outro). A consciência criadora monologizada une e personifica frequentemente as palavras do outro, tornadas vozes alheias anônimas, em símbolos especiais: “voz da própria vida”, “voz da natureza”, “voz do povo”, “voz de Deus” etc. Papel desempenhado nesse processo pela *palavra dotada de autoridade*, que habitualmente não perde seu portador, não se torna anônima.

(BAKHTIN, 2003, p.403, grifo do autor)

A consciência criadora monologizada, cujas palavras são lembradas no discurso como representação de uma voz de autoridade, cumpre um importante papel nas constituições das categorias do gênero argumentativo escolar. O acatamento de uma voz pressupõe a adoção de sentidos consensuais para o estabelecimento dessa autoridade. Para a polêmica, é necessário que essa consciência seja também crítica, reflexiva, uma posição em que o acatamento de determinadas palavras-alheias seja preciso, lógico e sistêmico.

Dessa forma, há, na verdade, um efeito de consenso na reelaboração das “palavras alheias” em “minhas-alheias-palavras”, porque há a aceitação acrítica de certos sentidos não consensuais, como se fossem necessariamente verdadeiros, porém são perfeitamente sujeitos à polêmica. Pensamos no gênero argumentativo escolar, cujos temas preferenciais são motivados por situações do cotidiano sócio-político-econômico. Tais temas estimulam normalmente o confronto de idéias, portanto, são

sujeitos à polêmica. No entanto, postulamos que boa parte dos produtores de textos argumentativos não exercita o recurso da contra-argumentação para questionar (aceitar, ou refutar total ou parcialmente, enfim, validar ou não) uma idéia apresentada como consensual, seja pela mídia, seja pelo contato com o grupo social.

Esse efeito cria a ilusão de que há consenso em tudo, um senso comum estabelecido, convencionado, para cada concepção social. Muitas vezes, é conveniente ao produtor do texto argumentativo reproduzir a voz corrente, já que ele tem a consciência de que ela já está validada por ser uma idéia formalizada, acatada socialmente.

Posicionar-se diante de um acontecimento de mundo significa fundamentalmente recortar dele um conceito, considerando o conjunto de dados sociais, históricos, culturais e ideológicos adquiridos vivencialmente, ou seja, interdiscursivamente. Dessa forma, o texto opinativo deve apresentar um ponto de vista, que na sua essência nunca é, portanto, original. Porém, não se pode desconsiderar a subjetividade única, que caracteriza cada indivíduo, o tempo e o espaço também únicos, que pontuam o momento da enunciação. Assim, ao afirmar que há a produção de um dado novo, quer-se dizer que o sujeito da enunciação recorta um saber já intertextualizado e atribui a ele novas condições de produção. Trata-se de uma ilusão de que o dado conceitual é novo, original, verdadeiro; na verdade, ele se faz assim.

Sobre a questão do efeito de verdade, Barthes (2004) a associa ao estereótipo, pois entende que a noção formalizada é o meio pelo qual se dá a verdade, sempre indicada entre aspas nesta citação:

O estereótipo é a palavra repetida, fora de toda magia, de todo entusiasmo como se fosse natural, como se por milagre essa palavra que retorna fosse a cada vez adequada por razões diferentes, como se imitar pudesse deixar de ser sentido como uma imitação: palavra sem cerimônia, que pretende a consistência e ignora sua própria insistência. Nietzsche fez o reparo de que a “verdade” não era outra coisa senão a solidificação de antigas metáforas. Pois bem, de acordo com isso, o estereótipo é a via atual da “verdade”, o traço palpável que faz transitar o ornamento inventado para a forma canônica, coercitiva, do significado. (Seria bom imaginar uma nova ciência linguística; ela estudaria não mais a origem das palavras, ou etimologia, nem sequer sua difusão, ou lexicologia, mas os progressos de sua solidificação, seu espessamento ao longo do discurso histórico; essa ciência seria sem dúvida subversiva, manifestando muito mais que a origem histórica da verdade: sua natureza retórica, linguareira).

(BARTHES, 2004, p.52).

O conceito novo está distante de um consenso social, em se considerando a diversidade de recortes possíveis, da percepção e da reação individual de cada ser. O estabelecimento ideológico por que passa cada indivíduo, ao longo do tempo em que sofre o indispensável contato com a cultura, caracteriza-se pelo embate das vozes ideológicas – inerente ao processo de condução temática. Dessa forma, o individual é atravessado pelo social. Bakhtin (2004, p.113, grifo do autor) atesta que:

Se a palavra não lhe pertence totalmente, uma vez que ela se situa numa espécie de zona fronteira, cabe-lhe contudo uma boa metade. Em um determinado momento, o locutor é incontestavelmente o único dono da palavra, que é então sua propriedade inalienável. É o instante do ato fisiológico de materialização da palavra. [...] Deixando de lado o fato de que a palavra, como signo, é extraída pelo locutor de um estoque social de signos disponíveis, a própria realização do signo social na enunciação concreta é inteiramente determinada pelas relações sociais. A individualização estilística da enunciação [...] constitui justamente este reflexo da inter-relação social, em cujo contexto se constrói uma determinada enunciação. *A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação.*

O produtor do texto argumentativo escolar monologiza os dados advindos das três matrizes dialógicas, faz dele os temas que circulam na sociedade, assume as expectativas do avaliador, e procura corresponder às exigências da proposta de redação. O discurso argumentativo escolar é um lugar onde a consciência monologizada exercita um novo diálogo, um diálogo retórico por excelência.

As Matrizes Dialógicas do Texto Argumentativo Escolar

As categorias de consensual e de polêmica arranjam-se a partir de matrizes dialógicas centradas no produtor, no interlocutor, no meio social imediato e na proposta de redação.

Essas quatro posições subjetivas organizam basicamente três relações dialógicas importantes para o estabelecimento da argumentação do gênero escolar: a relação entre o produtor e o avaliador, a relação do produtor com o meio sócio-histórico e a relação do produtor com a proposta de redação. Designamos *matrizes dialógicas* do texto argumentativo escolar essas três vias dialéticas. Observamos que elas não se excluem, pelo contrário, elas associam-se de forma a estabelecerem

a manifestação de propriedades típicas do discurso e do texto argumentativo.

Iniciemos pela exposição da primeira matriz: a relação dialógica entre o enunciador e o meio social.

O pensamento bakhtiniano entende que a consciência individual não é destituída das implicações geradas em um meio social, histórico e ideológico:

Não basta colocar face a face dois *homo sapiens* quaisquer para que o signo se constitua. É fundamental que esses dois indivíduos estejam socialmente organizados, que formem um grupo (uma unidade social): só assim um sistema de signos pode constituir-se. A consciência individual não só nada pode explicar, mas, ao contrário, deve ela própria ser explicada a partir do meio ideológico e social. *A consciência individual é um fato sócio-ideológico.* (BAKHTIN, 2004, p.35, grifo do autor).

O produtor de uma forma qualquer de expressão está predisposto a discursos massificados, em boa parte, devido às interpretações preexistentes. Isso significa que nem sempre são os acontecimentos, principalmente aqueles de grande repercussão, que originam a interpretação dos indivíduos em sociedade; na verdade, as interpretações “aguardam” a ocorrência de um fato pertinente a elas para emergirem. Trata-se, portanto, de recorrências periódicas das mesmas idéias, que imergem após um prazo em que se tornaram objetos de discussão social, a partir das investidas da mídia, e emergem sempre que as condições para isso se dêem: a ocorrência de um acontecimento de relevância midiática.

Rancière (2004, p.3) assim compreende o processo de formalização das interpretações que preexistem aos acontecimentos:

Não é a imagem que constitui o núcleo do poder midiático e de sua utilização pelos poderes. O núcleo da máquina de informação é, mais exatamente, a interpretação. Tem-se necessidade de acontecimentos, mesmo falsos, porque suas interpretações já estão aí, porque elas preexistem e chamam esses acontecimentos.

E, conclui o pensador

É preciso que sempre haja acontecimentos para que a máquina funcione. Mas isso não quer dizer apenas que é preciso o sensacional para vender notícias. Não basta simplesmente noticiar. É preciso fornecer material à máquina interpretativa. Esta não tem necessidade apenas de que aconteça sempre alguma coisa. Tem necessidade de que aconteça também um certo tipo de coisas, os chamados “fenômenos de sociedade”:

acontecimentos particulares que ocorrem num ponto qualquer da sociedade a pessoas comuns, mas também acontecimentos que constituem sintomas por meio dos quais o sentido global de uma sociedade possa ser lido; acontecimentos que atraem uma interpretação, mas uma interpretação que já está aí antes deles.

A segunda matriz refere-se à relação dialógica entre o produtor e o texto-estímulo.

Há uma extensa variedade de textos verbais e não-verbais que podem constituir um texto-estímulo: editorial (argumentativo), um texto narrativo (p.ex.: uma ocorrência qualquer extraída de jornal, geralmente de grande circulação), charge, poema, crônica, além de outros. Atualmente existe uma tendência dos grandes vestibulares em extrair a proposta de revistas (de periodicidade semanal) e jornais de circulação nacional. E as mais importantes escolas de nível superior do país desenvolvem um processo de seleção que procura avaliar, além da capacidade de assimilação dos conhecimentos básicos de cada disciplina, a condição em que o aluno se situa no que se refere ao seu posicionamento diante dos problemas enfrentados pela sociedade em que vive. Em outras palavras, os exames vestibulares tendem a privilegiar o aluno sujeito crítico de seu próprio meio social.

A finalidade do texto-estímulo é propor a temática a fim de que o produtor recorte dele um ponto de vista para a execução do exercício de argumentação. Há propostas que especificam, dentre um emaranhado de possibilidades, qual recorte deve ser analisado pelo produtor. Chamaremos esse tipo de proposta de *polarizada*.

A temática da proposta de redação — que serve de texto-estímulo à redação selecionada para análise no item *exemplificação* — versa sobre a redução da maioria penal dos atuais dezoito anos para dezesseis anos. Dessa forma, trata-se de um texto-estímulo polarizado, unívoco, já que não permitiu que o produtor determinasse uma temática mais ampla, como “a violência”; assim, o produtor deve posicionar-se sob uma entre duas condições: a favor ou contra a redução da maioria penal.

Um grave crime, ocorrido três meses antes da realização do processo seletivo, ensejou os questionamentos a respeito da proposta de alteração na legislação, sobre a redução da maioria penal de dezoito para dezesseis anos, pois o executor do crime foi um jovem menor de idade. Textualmente, assim orientou a proposta: “Escreva sua redação posicionando-se em relação à polêmica. Exponha seu ponto de vista e defenda-o”.

A base dessa matriz dialógica é a interpretação.

A compreensão dos conteúdos que formam a temática da proposta propicia

o apontamento de uma ramificação a fim de se constituir nela um ponto de vista e, a partir disso, possibilitar a implantação das estratégias argumentativas.

As propostas polarizadas mantêm uma característica interessante. O enunciado que determina a polaridade é auto-sustentável, pois a leitura dele já seria suficiente para o encadeamento do processo de produção. No entanto, o adiantamento de alguns argumentos, que defendem a redução da maioria e outros que se opõem à medida, tornam-se importantes, porque o confronto desses argumentos tem a finalidade de iniciar o debate, para que ele prossiga na redação argumentativa.

Bakhtin entende que a interpretação é uma manifestação dialógica, e, em virtude disso, determina a organização de uma réplica, uma “contrapalavra”:

Compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente. A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica. Quanto mais numerosas e substanciais forem, mais profunda e real é a nossa compreensão. [...] A compreensão é uma forma de *diálogo*; ela está para a enunciação assim como uma réplica está para a outra no diálogo. Compreender é opor à palavra do locutor uma *contrapalavra*.

(BAKHTIN, 2004, p. 131-132, grifo do autor).

A terceira matriz consiste na relação entre o produtor e o seu interlocutor. Esta, embora entremeada às outras, constitui, a nosso ver, a mais importante das matrizes para a produção argumentativa escolar.

A natureza avaliatória deste gênero é a razão pela qual essa matriz é muito relevante: a compreensão da proposta, o recorte temático, o apontamento do ponto de vista, enfim, o exercício retórico são rigorosamente orientados para o objetivo da atividade, ou seja, para a aprovação no processo de seleção.

Esse arranjo pode, inclusive, conduzir o produtor a um contra-senso: ele pode trair sua própria opinião em detrimento de outra premissa que venha a ser mais conveniente às suas pretensões argumentativas; também, pode dar preferência ao engrossamento da voz consensual, mesmo que ele queira polemizá-la, porque há normalmente um risco menor de rejeição de uma idéia que é adota pelo senso comum. Muitas vezes, essa idéia é defendida por uma maioria de indivíduos em um segmento social. É um contra-senso, pois a finalidade do texto argumentativo é constituir-se um lugar propício e fecundo para a legitimação das idéias, por meio de um debate entre vozes sociais que convergem e divergem entre si.

A compreensão responsiva de que fala Bakhtin (2003, p.275-276, grifo do autor) explica o envolvimento dialógico entre o produtor da redação argumentativa e o outro-interlocutor:

Os limites de cada enunciado concreto como unidade da comunicação discursiva são definidos pela *alternância dos sujeitos do discurso*, ou seja pela alternância dos falantes. [...] Observamos essa alternância dos sujeitos do discurso de modo mais simples e evidente no diálogo real, em que se alternam as enunciações dos interlocutores (parceiros do diálogo), aqui denominadas réplicas. [...] Cada réplica, por mais breve e fragmentária que seja, possui uma conclusibilidade específica ao exprimir certa posição do falante que suscita a resposta, em relação à qual se pode assumir uma posição responsiva. [...] Essas relações específicas entre as réplicas do diálogo são apenas modalidades das relações específicas entre as enunciações plenas no processo de comunicação discursiva. Essas relações só são possíveis entre enunciações de diferentes sujeitos do discurso, pressupõem *outros* (em relação ao falante) membros da comunicação discursiva.

A réplica consiste na previsibilidade que o produtor deve ter em função de seu interlocutor-avaliador. As coerções aplicadas para a implantação das estratégias de argumentação prevêm e provocam uma atitude responsiva do interlocutor. O mesmo procedimento ocorre na relação do produtor com a proposta de redação, na qual o texto-estímulo exige do produtor uma compreensão responsiva.

As propriedades dialógicas dos enunciados argumentativos

Postulamos a existência de determinadas propriedades dialógicas que entremeiam as categorias de consenso e de polêmica, e que auxiliam a organização das estratégias argumentativas. As propriedades dialógicas advêm de quatro pilares: o produtor, o seu interlocutor (o examinador), as vozes sócio-históricas e o texto-estímulo.

A análise de redações do *corpus* será orientada, portanto, pelas seguintes propriedades dialógicas:

1. Redução Temática

Consiste em uma limitação para o exercício de exploração de um determinado aspecto do tema proposto; assim, não há ramificações da temática que podem

levar ao debate. A propriedade redutora está calcada em dados do senso comum, por exemplo, em um texto, o produtor defende que a exposição sem regras à televisão não é benéfica à educação das crianças. Em outras palavras, o produtor apreendeu esse recorte e o conduziu por toda a textualização. Trata-se de uma generalização que é acentuada pelo emprego de determinadas expressões que induzem à totalidade, por exemplo: “É impossível ignorarmos que...” e “sem sombra de dúvidas”. Assim, a redução temática é normalmente um recurso argumentativo regido para a categoria consensual.

2. Adoção parcial de um posicionamento

Esta propriedade consiste no acatamento de um dos pólos exigidos pela proposta, mas levanta ressalvas para que a adoção seja validada. Não ocorre rompimento com o texto-estímulo. Por exemplo, um produtor que se coloca a favor da redução da maioria penal, mas que não acredita que a medida possa ter eficácia caso não sejam tomadas outras providências (melhoria da educação, distribuição de renda etc.). Essa é uma manifestação geralmente articulada pela categoria polêmica.

3. Rompimento com o tema da proposta

Nesta propriedade, o produtor rompe com a determinação imposta pela proposta de redação, sem acarretar fuga do tema. A proposta exige que os candidatos se coloquem a favor ou contra a maioria penal; no entanto, em um texto, o produtor entende que a essa questão não é relevante para a contenção da violência. Consiste em uma manifestação da consciência crítica.

4. Propriedade Polarizada

A condução de um raciocínio sofre um vazio lógico. Passa-se de um pólo a outro, sem que sejam expostos os estágios intermediários que venham a acarretar determinado pressuposto. Tais vazios poderiam incitar contra-argumentações prejudiciais ao consenso. Em uma redação, o produtor escreve que os meios de comunicação contribuem para que os jovens se familiarizem com o crime. O enunciado carece de argumentos que justifiquem os dois pólos (a causa e o efeito). O produtor não indica quais os meios levariam as crianças a familiarizarem-se com o crime devido à influência da mídia.

5. Interrogativa Retórica

A interrogativa retórica refere-se à tentativa de refutar um argumento por meio de um questionamento, cuja principal característica é trazer já a resposta em seus entremeios, a fim de que o interlocutor não possa contradizê-la. Exemplificando: *É correto que adolescente esteja acompanhado de um criminoso adulto?* Essa interrogativa já traz a resposta: *Obviamente a companhia de um criminoso adulto não é adequada a um adolescente, pois é provável que o jovem seja mal influenciado.* O enunciado interrogativo retórico é geralmente uma manifestação polêmica.

6. Diálogo com a proposta de redação

Refere-se ao aproveitamento de conceitos, argumentos, proposições, tese, dados expostos pela proposta de redação. Por exemplo, o interdiscurso proveniente de um dos argumentos dos defensores da redução da maioria penal: os jovens de dezesseis anos já têm ciência dos atos que possam cometer. Trata-se de um recurso argumentativo importante que serve, indiferentemente, ao consenso e à polêmica.

7. Respeito ao Raciocínio Lógico Dedutivo

O raciocínio lógico dedutivo compreende a organização do texto argumentativo escolar em premissa (ou hipótese, introdução), argumentos (ou desenvolvimento) e tese (ou conclusão). O ensino mais tradicional formalizou o método dedutivo como o mais adequado — e quase exclusivo — para a condução do pensamento argumentativo. Como propriedade dialógica, a observação do raciocínio dedutivo pode indicar a observação de uma idéia formalizada, consensual e, portanto, atinente ao senso comum das práticas pedagógicas mais conservadoras. Além disso, o método dedutivo é mais seguro para o produtor do que o indutivo, já que as conclusões são necessariamente aquelas que foram pré-determinadas como hipótese, após, evidentemente, a aplicação das provas. A segurança do método dedutivo em detrimento da busca pelo “dado novo” é uma manifestação da categoria consensual.

8. Enunciados argumentativo-descritivos e descritivo-causais

O emprego de enunciados descritivos é um recurso dialógico que consiste na exposição de características que compõem um cenário referente ao tema que se

procura desenvolver no texto. O produtor, na verdade, argumenta por meio de constatações, que geralmente são lugares-comuns para o interlocutor. Algumas vezes, essas descrições são paráfrases de conteúdos já propagados pela proposta de redação. Portanto, consideramos que tais enunciados correspondem à categoria consensual. O produtor insere um enunciado descritivo, muitas vezes dispensável, em detrimento de um enunciado temático, que, em tese, contribui para a melhor condução do raciocínio argumentativo, em se considerando o espaço limitado que ele dispõe para iniciar, desenvolver e concluir o pensamento. Trata-se de uma manifestação da categoria de consenso, porque a idéia do senso comum se estabelece mais facilmente pela descrição de um cenário – ou pela narração de um acontecimento – do que pela construção de um conceito a partir do fato. Às vezes, esses enunciados descritivos apontam as causas que determinam a problemática que serve de tema; por exemplo, as causas que resultaram em certos atos de violência cometidos por jovens menores de idade. Quando são relevantes para a defesa do recorte temático, constituem um importante instrumento da categoria polêmica, pois a revelação das causas enseja os apontamento das possíveis soluções, e essa é uma atitude crítica.

9. Enunciados de Noção Totalizante

Um enunciado de noção totalizante consiste em uma estratégia de argumentação na qual o enunciador recorta um ponto de vista cujo sentido é generalizante. Tais enunciados indicam uma ancoragem em idéias formalizadas pelo senso comum. Uma das características desses enunciados refere-se à ausência de marcadores lingüísticos de conexão, que servem à contraposição de idéias: os conectores adversativos e concessivos, principalmente. Além dos conectores, a aplicação de verbos de modalização *verdadeiro-necessário-possível* favorece a noção totalizante, como em *Deve haver* alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A prevalência de noções totalizantes é um efeito que consiste em obliterar qualquer manifestação da voz oposta, cujo objetivo é legitimar o pólo a defender. Lingüisticamente, os enunciados que comportam as noções totalizantes apresentam um número excessivo de parágrafos curtos em extensão, em que há uma reduzida ocorrência de conectores oracionais. Cada apontamento é disposto em um parágrafo curto, sem qualquer extensão semântica de adversidade, concessão, conformidade, ou qualquer outro conector lingüístico que atribua sentido de explicação, expansão, enfim, de complemento aos argumentos. Afora os marcadores lingüísticos, um discurso totalizante apresenta uma carência informacional. O gênero argumentativo escolar exige do produtor determinados

conhecimentos sobre o seu contexto sócio-político-econômico, a fim de que ele possa suprir as expectativas do avaliador em relação à proposta de redação. Assim, o detentor desses conhecimentos tem normalmente a capacidade de reproduzir, expandir e confrontar informações. A consequência dessa habilidade para o texto é a implementação do recurso polêmico de não-totalidade. Dessa forma, os enunciados de não totalizante geralmente são manifestações da categoria consensual.

Exemplificação

A proposta de redação seguinte, cujo tema é “a redução da maioria penal de dezoito para dezesseis anos”, serviu de texto-estímulo aos produtores vestibulandos do segundo processo seletivo de uma faculdade particular do interior do Estado de São Paulo, em 1 de fevereiro de 2004.

Muito se discute atualmente a diminuição da maioria penal dos atuais dezoito anos para dezesseis, devido a ocorrências graves envolvendo menores de idade, em que eles são autores de crimes bárbaros. Pode-se citar o recente episódio em São Paulo, no qual um casal de namorados foi morto por menores quando ocupavam uma casa em uma fazenda. O crime chocou pelos resquícios de crueldade inimagináveis.

O assunto é muito polêmico. As pessoas que defendem a responsabilidade pelos atos a partir dos dezesseis anos argumentam que o jovem, nesta idade, já sabe exatamente o que está cometendo; além disso, a medida seria uma forma de conter a escalada da violência. Aqueles que defendem a manutenção da maioria penal a partir dos dezoito anos justificam, entre outros argumentos, que, além de inconstitucional, a proposta é desnecessária, pois bastam algumas alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente para que se atinja um estágio em que se conteriam os atos de violência envolvendo menores.

Escreva sua redação posicionando-se em relação à polêmica. Exponha seu ponto de vista e defenda-o.

Eis a íntegra da proposta de redação que serviu de texto-estímulo à redação transcrita a seguir:

A seguir, a íntegra de uma das redações desse processo seletivo, em que a numeração entre parênteses corresponde à contagem de parágrafos:

(1) O assunto é realmente polêmico, no entanto, acreditar que medidas como a redução da maioria ou alguma alteração legal irá resolver o problema, é dar as costas para a realidade da situação. A redução da maioria só irá mandar para a cadeia os jovens que hoje vão para Febem, e alterações legais simplesmente não resolverá. / (2) Na minha opinião, o problema é mais amplo, de ordem estrutural, é evidente que casos isolados de violência podem estar associados a diversos fatores, entretanto, a grande maioria é

estrutural, e então associados a duas grandes causas: a má distribuição de renda e a impotência do Estado no papel de regulador social. / (3) A má distribuição de renda é desencadeadora de diversos males sociais, a miséria causada por este mal, priva nossas famílias de condições dignas de sobrevivência, tais como: alimentação adequada, saúde e principalmente educação. Sem estas condições mínimas não é possível formar cidadãos. Por outro lado, o Estado não estará conseguindo desenvolver seu papel de regulador social, dando condições necessárias àqueles que não tem, por si, como suprí-los. / (4) Se nós conseguirmos melhorar nossa distribuição de renda, e o Estado intervir como deveria, sem dúvidas nenhuma, amenizaríamos o problema da violência, e não somente entre jovens, mas também dos adultos de maneira geral e consistente.

A redação apresenta um **diálogo com a proposta**, já que o produtor concorda, consensualmente, que “o assunto é realmente polêmico”, ao intertextualizar um segmento da proposta.

O uso do operador “no entanto” revela uma transposição para a categoria polêmica, porque ele implementa um **rompimento com o tema da proposta**: “O assunto é realmente polêmico, no entanto, acreditar que medidas como a redução da maioria ou alguma alteração legal irá resolver o problema, é dar as costas para a realidade da situação”. Em outras palavras, o enunciador estabelece uma possibilidade que a proposta não prevê, pois ela exige que o produtor se posicione entre o acatamento da redução da maioria penal como possibilidade de contenção da violência e a refutação da tal redução a partir de reformulações no ECA. Notamos que o produtor não se posiciona a favor ou contra, mas prefere inserir um recorte à revelia da exigência da proposta. Essa posição é acentuada por um dos argumentos apontados: “a redução da maioria só irá mandar para cadeia os jovens que hoje vão para a Febem, e alterações legais simplesmente não resolverá”. Esse rompimento da ordem imposta pela proposta de redação caracteriza uma manifestação da categoria polêmica.

Os argumentos considerados “de ordem estrutural” pelo produtor, que procuram sustentar o recorte, consistem em apontar duas causas para a violência causada por menores de idade: a má distribuição de renda e a “impotência do Estado no papel de regulador social”. Trata-se de apontamentos que não se aplicam a nenhum dos recortes previstos pela proposta de redação. O enunciador aponta que as causas devem ser combatidas; assim, torna-se indiferente à fixação da maioria aos dezoito ou aos dezesseis anos.

Uma das características da categoria polêmica é a produção de enunciados cujo sentido manifesta a propriedade da não-totalidade dos pressupostos organizados como ponto de vista ou como argumento — os **enunciados de não totalizante** —, porque, muitas vezes, não generalizar significa um rompimento

com o senso comum. O arrançamento de enunciados que ora generalizam, ora particularizam a serviço do exercício da argumentação é habilidade atribuída ao estabelecimento da polêmica.

Há recursos lingüísticos pertinentes a essa ocorrência: os operadores adversativos, concessivos, relativos, principalmente; que possibilitam a não-totalidade dos enunciados. Esta redação, em nível lingüístico, apresenta três adversativas cuja função é evitar noções totalizantes:

- “O assunto é muito polêmico, no entanto, acreditar que medidas como a redução da maioria ou alguma alteração legal irá resolver o problema, é dar as costas para a realidade da situação”.

- “O problema é mais amplo, de ordem estrutural, é evidente que casos isolados de violência podem estar associados a diversos fatores, entretanto, a grande maioria é estrutural, e então associados a duas grandes causas”.

- “A má distribuição de renda é desencadeadora de diversos males sociais, a miséria causada por este mal, priva nossas famílias de condições dignas de sobrevivência [...] Por outro lado, o Estado não está conseguindo desenvolver seu papel de regulador social”.

Os conectores *no entanto*, *entretanto* e *por outro lado* têm a função de isolar determinados conceitos de noções mais amplas, generalizantes. Além deles, o enunciador utiliza as expressões *na minha opinião* e *a grande maioria*, que também manifestam a não-totalidade das noções apresentadas: “Na minha opinião, o problema é mais amplo, de ordem estrutural, é evidente que casos isolados de violência podem estar associados a diversos fatores, entretanto a grande maioria é estrutural, e estão associados a duas grandes causas: a má distribuição de renda e a impotência do Estado no papel de regulador social”.

A opção por desenvolver uma argumentação sob o raciocínio dedutivo remete a uma particularidade: de premissas gerais chega-se a uma conclusão particular. Trata-se da propriedade **respeito ao raciocínio lógico-dedutivo**. A organização do raciocínio neste texto aproxima-se do modelo lógico-dedutivo, em uma tentativa de compartimentar a argumentação em segmentos pré-estabelecidos.

Observamos que a hipótese se encontra nos dois primeiros parágrafos. A hipótese consiste na apresentação do ponto de vista a ser defendido (a redução da maioria penal ou qualquer alteração na lei simplesmente não resolvem a questão atinente à violência, pois a causa é estrutural: má distribuição de renda e inoperância governamental).

Os modelos mais tradicionais de ordenação do raciocínio dedutivo exigem

que a hipótese seja apresentada no primeiro parágrafo, e que ela não seja confundida com os argumentos. No entanto, essa redação traz já um argumento em meio à apresentação do ponto de vista: haveria tão somente uma substituição de ambiente para o menor infrator: da Febem para a cadeia comum. O terceiro parágrafo comporta a exposição dos dois argumentos, caracterizados como a causa do problema, anunciados na hipótese; da forma como manda o modelo dedutivo: a hipótese deve destacar os argumentos que serão expostos mais detalhadamente nos parágrafos dedicados à argumentação; de preferência, um parágrafo argumentativo para cada argumento apontado. Na verdade, o segundo argumento (“o Estado não está conseguindo desenvolver seu papel de regulador social, dando condições necessárias àqueles que não tem, por si, como supri-los”) é o efeito cuja causa é indicada no primeiro argumento (“A má distribuição de renda é desencadeadora de diversos males sociais, a miséria causada por este mal, priva nossas famílias de condições dignas de sobrevivência, tais como: alimentação adequada, saúde e principalmente educação”). Talvez isso justifique a acomodação de ambos os argumentos em um só parágrafo.

O último parágrafo tem claras características de conclusão, pois a recuperação dos dois argumentos-causa consolida a hipótese em tese, ou seja, o ponto de vista destacado na hipótese, neste ponto, é defendido por meio do exercício da argumentação do parágrafo anterior. A marca linguística “amenizaríamos o problema da violência” é um dado novo na conclusão que reforça que o ponto de vista está consolidado neste estágio, já que, combatidos, os argumentos-causa não são ainda suficientes para resolver o problema da violência, mas ele seria amenizado. Essa tentativa de compartimentagem do raciocínio sob o modelo lógico-dedutivo caracteriza uma manifestação da categoria consensual. Por outro lado, a particularização que o raciocínio dedutivo concede à conclusão, por meio da apropriação da voz corrente, é manifestação da categoria polêmica.

O arranjo argumentativo desta redação não prevê as demais propriedades dialógicas: enunciados argumentativo-descritivos e descritivo-causais, redução temática, adoção parcial de um posicionamento, propriedade polarizada, e enunciados interrogativo-retóricos.

Considerações finais

O arcabouço sócio-histórico em que se inserem os gêneros discursivos promove relações dialógicas que regem a composição do texto argumentativo escolar. Especificamente, o texto argumentativo escolar comporta quatro

funções dialógicas: o sujeito-produtor, o sujeito-avaliador, o meio social e a proposta de redação. O enunciador do discurso escolar põe-se a dialogar com os outros três pilares da dialética argumentativa, e daí surgem as estratégias provenientes do exercício argumentativo.

Por meio das propriedades dialógicas dos enunciados do consenso e da polêmica, que permeiam o texto e o discurso deste gênero, é possível afirmar que essas três matrizes dialógicas fundamentam as diretrizes retóricas que visam à validade do ponto de vista recortado para o texto. A redução temática, a adoção parcial de um posicionamento, o acatamento e o rompimento da proposta de redação, a propriedade polarizada, a interrogativa retórica, o respeito ao raciocínio lógico dedutivo, as noções totalizantes e os enunciados não-temáticos (descritivos e descritivo-causais) manifestam o dialogismo do produtor com o outro, o avaliador e o social. É bem verdade que o diálogo com a proposta de redação também permeia todas as propriedades, já que a argumentação neste gênero tem de se ancorar nas designações do texto-estímulo; no entanto, a redução temática, a adoção parcial de um posicionamento, o acatamento e o rompimento das idéias da proposta são as propriedades em que o diálogo com a proposta é mais direto.

A mobilidade das categorias consensual e polêmica — que ora utilizam determinadas propriedades para indicar uma associação com o discurso do consenso, ora, uma dissociação com ele — corrobora a organização da atividade argumentativa. Assim, indicamos a existência dessas categorias por meio da análise de enunciados atribuídos às matrizes dialógicas, sempre de acordo com o planejamento retórico.

De fato, a aplicação de enunciados que convergem para o consenso e que divergem dele não é mera casualidade; trata-se de estratégia discursiva e textual. Como recurso argumentativo, os enunciados e as propriedades atinentes a eles são implementados mesmo que o grau de habilidade lingüística do produtor não seja tão satisfatório, e independentemente do aproveitamento quantitativo, em termos de aplicação de nota ou menção, que ele venha a obter na avaliação.

A temática abarcada pela proposta de redação (a redução da maioria penal) mostrou-nos que o meio midiático não pode ser desconsiderado em um trabalho que focaliza as vozes circulantes na sociedade. Houve um acontecimento violento, que, por influência da mídia, tornou-se um objeto de debate social; não pelo fato em si, mas porque a interpretação dele preexiste a ele. Assim, os discursos estão prontos, à espera de um acontecimento e, por isso, eles vão e voltam constantemente.

Os meios interdiscursivos, como a mídia, geram informações que são

postas como verdadeiras; são proposições consensuais, pré-validadas, com a adoção das minhas-palavras-alheias; são acolhidas muitas vezes sem a exigência de um posicionamento crítico, que possa, ou não, retoricamente confirmá-las. Assim, as práticas que visam ao ensino de redação devem considerar um ponto-chave para a elaboração de técnicas de produção de texto: a observação de que há incorreções e contradições nos conteúdos pinçados do meio sócio-histórico.

A matriz referente ao diálogo entre o produtor-avaliado e o examinador revelou-se a mais destacada entre as que determinaram as propriedades dialógicas que servem o consenso e a polêmica, porque o respeito às normas composicionais do gênero escolar foram priorizadas pelo produtor: o enquadramento na temática indicada pela proposta, mesmo que fosse para divergir dela; a aplicação de noções generalizantes, a fim de que se apoiasse em idéias formalizadas, que inclusive são conhecidas pelo avaliador; a propriedade polarizada, cuja ocultação dos meios que justificam os pólos, cria o efeito de que esses meios são evidentes para o interlocutor e, por isso, podem ser omitidos na discussão; a interrogativa retórica envolve o enunciatário, pois esse enunciado é arquitetado para impedir uma refutação; a redução temática é um recurso que garante a vinculação com a proposta de redação, pois é condição indispensável para a validade avaliatória; a adoção do raciocínio lógico dedutivo procura um enquadramento nas normas do ensino mais tradicional de redação, ou seja, outra exigência que o produtor entende ser importante para a organização do raciocínio; e os enunciados descritivos e descritivo-causais têm a finalidade de indicar ao interlocutor que se domina determinado conhecimento.

O aluno crítico e criativo, situado e participante do seu universo social, político e econômico, é normalmente aquele que reúne as condições necessárias para contribuir com a sociedade da qual participa, e é mais capacitado para exercer uma das principais funções da vida acadêmica: o trabalho de pesquisa.

GUARIGLIA, Rinaldo. The consensus and the polemics in the argumentative school text. *Revista do Gel*, São Paulo, v.4, n.2, p.115-136, 2007.

■ **ABSTRACT:** *This paper presents some textual and discursive characteristics which are accountable for the diffusion of the common sense at the argumentative school texts, and, by extension, for historical and social meanings which confront with the consensual enunciations: the polemics. By means of the Bakhtine's thought, this paper proposes three dialogical matrices: the dialogue between the speech act producer and the social voices, the producer and the text (presents the composition theme), and, mainly, between the*

producer and the interlocutor. These matrices introduce, in the dispersion of the discourse, a set of textual and discursive effects which originate the consensual category manifestations and the polemical ones. The dialogic effects are ruled by the argumentative activity.

■ **KEYWORDS:** *Argumentative Text. Polemics. Consensus. Argumentation. Bakhtin.*

Referências

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 11.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BARTHES, R. **O prazer do texto**. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

COTRIM, G. Consciência crítica e filosofia. In: _____. **Fundamentos da filosofia: história e grandes temas**. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2000. p.41-55.

GEERTZ, C. O senso comum como um sistema cultural. In: _____. **O saber local**. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 111-41.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. 3.ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996.

RANCIÈRE, J. As novas razões da mentira. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 ago. 2004. Caderno Mais!, p. 3.